



PARECER
325/2019

1 – CABEÇALHO

Número do Auto de Infração:	95197/2018
Número do Processo:	598559/19
Nome/Razão Social:	POSTO JENIPAPO DE SALINAS LTDA
CPF/CNPJ:	07.876.896/0001-16

2 – RESUMO DA AUTUAÇÃO

Data da lavratura:	21/08/2018
Decreto aplicado:	<input checked="" type="checkbox"/> 44.844/2008 <input type="checkbox"/> 47.383/2018
Infrações:	
Código:	Descrição:
1 - Código nº 106	1- Descumprir a condicionante nº 04 estabelecida no processo de licenciamento ambiental nº 01609/2001/006/2013

Penalidades Aplicadas:	
<input type="checkbox"/>	Advertência: <input type="checkbox"/> inciso I, do art. 56, do Decreto nº 44.844/2008 <input type="checkbox"/> inciso I, do art. 73, do Decreto nº 47.383/2018 1 - Prazo para regularização: Valor, na hipótese de conversão: 2 - Prazo para regularização: Valor, na hipótese de conversão:
<input checked="" type="checkbox"/>	Multa Simples: <input checked="" type="checkbox"/> inciso II, do art. 56, do Decreto nº 44.844/2008 <input type="checkbox"/> inciso II, do art. 73, do Decreto nº 47.383/2018 1 - Valor: 6.750 UFEMG (R\$ 21.946,95 – vinte e um mil, novecentos e quarenta e seis reais e noventa e cinco centavos).
<input type="checkbox"/>	Multa Diária: <input type="checkbox"/> inciso III, do art. 56, do Decreto nº 44.844/2008 <input type="checkbox"/> inciso III, do art. 73, do Decreto nº 47.383/2018 1 - Período de incidência: Valor consolidado: 2 - Período de incidência: Valor consolidado:
<input type="checkbox"/>	Apreensão: <input type="checkbox"/> inciso IV, do art. 56, do Decreto nº 44.844/2008



<input type="checkbox"/> inciso IV, do art. 73, do Decreto nº 47.383/2018
1 - Descrição: Valor: não há
2 - Descrição: Valor:
Destruição ou inutilização de produto: <input type="checkbox"/> inciso V, do art. 56, do Decreto nº 44.844/2008 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> inciso V, do art. 73, do Decreto nº 47.383/2018 Descrever:
Suspensão de venda e fabricação de produto: <input type="checkbox"/> inciso VI, do art. 56, do Decreto nº 44.844/2008 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> inciso VI, do art. 73, do Decreto nº 47.383/2018 Descrever:
Embargo parcial ou total de obra ou atividade: <input type="checkbox"/> inciso VII, do art. 56, do Decreto nº 44.844/2008 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> inciso VII, do art. 73, do Decreto nº 47.383/2018 Descrever:
Demolição de obra: <input type="checkbox"/> inciso VIII, do art. 56, do Decreto nº 44.844/2008 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> inciso VIII, do art. 73, do Decreto nº 47.383/2018 Descrever:
Suspensão parcial ou total das atividades: <input type="checkbox"/> inciso IX, do art. 56, do Decreto nº 44.844/2008 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> inciso IX, do art. 73, do Decreto nº 47.383/2018 Descrever:
Restritiva de direitos: <input type="checkbox"/> inciso X, do art. 56 c/c art. 78, do Decreto nº 44.844/2008 <input type="checkbox"/> inciso X, do art. 73 c/c art. 109, do Decreto nº 47.383/2018 <input type="checkbox"/> suspensão de cadastro, registro, licença, outorga, permissão ou autorização; <input type="checkbox"/> cancelamento de cadastro, registro, licença, outorga, permissão ou autorização; <input type="checkbox"/> suspensão de entrega ou utilização de documentos de controle ou registro expedidos pelo órgão ambiental competente, aplicável às infrações constantes no Anexo III do Decreto.



3 – RESUMO DA DEFESA APRESENTADA

Tempestividade:		
Data da cientificação do auto de infração:	Data da postagem/protocolo da defesa administrativa:	<input type="checkbox"/> Intempestiva <input checked="" type="checkbox"/> Tempestiva
03/10/2018	18/10/2018	

Requisitos de Admissibilidade:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Cumpra todos os requisitos de admissibilidade previstos pelo art. 34 do Decreto nº 44.844/2008.
<input type="checkbox"/>	Cumpra todos os requisitos de admissibilidade previstos pelo art. 59 do Decreto nº 47.383/2018.
<input type="checkbox"/>	Não cumpre os requisitos de admissibilidade, porém o mérito pode ser definido pela autoridade competente imediatamente, conforme previsto pelo art. 63 do Decreto nº 47.383/2018.

Resumo da Argumentação:	
1-	Que o Auto de Infração é nulo, já que não houve advertência antes da aplicação da multa;
2-	Que não teve a intenção de descumprir a condicionante;
3-	Que contratou consultoria para a tomada de providências do que fosse cabível sobre o assunto;
4-	Que como nunca foi notificada de nenhuma irregularidade, nunca suspeitou que a consultoria não tivesse cumprido as obrigações para as quais fora contratada perante o órgão ambiental;
5-	Que os resíduos domésticos sempre foram destinados de forma adequada, conforme prescrição da condicionante nº 4;
6-	Que a consultoria contratada ficou encarregada de apresentar eventuais recibos e documentos referentes às condicionantes;
7-	Que a multa é desproporcional, pois embora o empreendedor tenha protocolado os comprovantes da destinação dos resíduos em sede de informação complementar, a disposição desses resíduos sempre foi feita de maneira adequada, além do que não representam riscos ambientais;
8-	Que o autuado tem direito à atenuante do art. 85, I, “a”, “f” e parágrafo único, do Decreto 47.383/18.
Resumo dos Pedidos:	



- 1- Seja julgado insubsistente o Auto de Infração e excluída a penalidade imposta;
- 2- Acaso mantido o Auto de Infração, sejam aplicadas as atenuantes, com diminuição em 50% (cinquenta por cento) no valor da multa;

4 – FUNDAMENTOS

4.1 – Do exercício do Poder de Polícia:

A atuação estatal deve ser direcionada pelo princípio da supremacia do interesse público e, para que o interesse público seja de fato alcançado, faz-se necessário que ao Estado sejam conferidos mecanismos específicos, contemplados no direito positivo. Segundo a lição de José dos Santos Carvalho Filho, esses mecanismos legais conferidos ao Estado caracterizam-se como verdadeiros poderes ou prerrogativas especiais de direito público (p.71, 2009).

Nesse contexto, a fim de harmonizar o confronto existente entre os interesses públicos e privados, compete ao Estado a imposição de restrições a direitos individuais, a fim de salvaguardar o interesse público, atuando assim no exercício do chamado poder de polícia.

Nas palavras de Celso Antônio Bandeira de Melo “é necessário que o uso da liberdade e da propriedade esteja entrosado com a utilidade coletiva, de tal modo que não implique uma barreira capaz de obstar à realização dos objetivos públicos” (p.811, 2008).

Segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro “o fundamento do poder de polícia é o princípio da predominância do interesse público sobre o particular, que dá à Administração posição de supremacia sobre os administrados” (p.156, 2015).

Nesse contexto, José dos Santos Carvalho Filho conceitua poder de polícia como sendo “a prerrogativa de direito público que, calcada na lei, autoriza a Administração Pública a restringir o uso e o gozo da liberdade e da propriedade em favor do interesse coletivo” (p.73).

Paulo Affonso Leme Machado conceitua poder de polícia ambiental da seguinte maneira:

“Poder de polícia ambiental é a atividade da Administração Pública que limita ou disciplina direitos, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato em razão de interesse público concernente à saúde da população, à conservação dos ecossistemas, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas ou de outras atividades dependentes de concessão, autorização/permissão ou licença do Poder público de cujas atividades possam decorrer poluição ou agressão à natureza”.(Direito ambiental brasileiro. 22.ed. São Paulo: Malheiros, 2014. P.384”

O poder de polícia administrativa ambiental apresenta-se como importante instrumento do Estado para a defesa do bem comum, estando diretamente ligado à



preservação ambiental. Apresenta-se como verdadeiro instrumento jurídico por meio do qual a Administração Pública intervém operando limitações e deveres, visando ao bem da coletividade, consistente na proteção ambiental.

Assim, no caso em foco, o agente autuante agiu no estrito cumprimento de seu dever legal. O ato administrativo praticado, nos termos da legislação vigente, limita a ação individual em prol do interesse comum, devendo, portanto, ser mantidas as penalidades impostas em desfavor do autuado.

4.2 – Da proteção ao meio ambiente:

Com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o meio ambiente ecologicamente equilibrado ganhou status de Direito Fundamental, com a dedicação de capítulo especialmente direcionado ao tema.

Embora não esteja previsto no rol dos direitos individuais e coletivos estabelecidos no art. 5º da Constituição de 1988, o parágrafo segundo do referido artigo admite que outros direitos que não aqueles expressamente nele previstos também sejam reconhecidos como fundamentais.

Nesse caminho, a constitucionalização da proteção ambiental importou em expressivo avanço no ordenamento jurídico pátrio, de modo que, a partir de então, impôs-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e as futuras gerações, senão vejamos a íntegra do dispositivo da Constituição a respeito:

Art. 225. “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Pelo texto constitucional, passa a ser dever de todos tratar o meio ambiente de forma consciente, responsável e moderada, de modo a garantir uma sadia qualidade de vida não só às presentes gerações, mas também às futuras, com o uso racional dos recursos naturais.

Tal regra contém o princípio da prevenção, o qual, segundo Romeu Thomé (THOMÉ DA SILVA, 2013, p.68), é princípio orientador no Direito Ambiental, enfatizando a prioridade que deve ser dada às medidas que previnam (e não simplesmente reparem) a degradação ambiental. A finalidade ou o objetivo final do princípio da prevenção é evitar que o dano possa chegar a produzir-se.

Além disso, em matéria de Direito Ambiental, a atuação dos mecanismos de tutela administrativa do meio ambiente não dependem, necessariamente, da configuração do dano. Essa realidade está demonstrada pelas diversas condutas que, mesmo sem a constatação de dano, são caracterizadas como infrações. Resta também aqui caracterizado o viés preventivo da atividade fiscalizadora ambiental, caracterizado pela prevenção à ocorrência do próprio dano.

Nesse sentido dispõe o art. 225, § 1º, V da Constituição da República:

Art. 225. (...)



§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

(...)

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

Outro princípio norteador do direito ambiental é o da precaução, o qual, segundo o mesmo autor, foi proposto formalmente na Conferência do Rio 92 e é considerado uma garantia contra os riscos potenciais que, de acordo com o estado atual do conhecimento, não podem ser ainda identificados.

Nota-se, diante do exposto, que o objetivo primordial do ordenamento jurídico brasileiro e dos princípios norteadores do direito ambiental é a prevenção de todo e qualquer dano, devendo o poder público e a coletividade pautarem-se, sempre, por medidas que evitem a sua ocorrência.

Portanto, a proteção ao meio ambiente é dever do Poder Público e da coletividade, não se admitindo que o Estado opte por não agir em defesa do meio ambiente, que atue de maneira insuficiente na sua proteção ou que postergue a adoção das medidas necessárias para a preservação da qualidade ambiental.

No caso em foco, a atuação estatal tem justamente a finalidade de promover a proteção ambiental, considerando a imposição do texto constitucional nesse sentido.

Assim, a atuação estatal, no caso em foco, está integralmente pautada nas normas vigentes, tanto no aspecto processual/procedimental, quanto em relação ao próprio mérito da atuação objeto de discussão.

Vale registrar que foram devidamente observados os requisitos fundamentais do auto de infração, anteriormente previstos no art. 31 do Decreto nº 44.844/2008 (revogado) e atualmente previstos no art. 56 do Decreto nº 47.383/2018, inexistindo qualquer vício no ato administrativo praticado.

Assim, não há nenhuma ilegalidade em relação ao auto de infração objeto da presente análise, devendo este ser mantido, uma vez que o ato administrativo praticado observou inteiramente as normas aplicáveis ao caso concreto, em todos os seus aspectos.

4.3 – Da competência do agente autuante para a lavratura do auto de infração:

A responsabilidade por danos ambientais tem repercussão jurídica tripla. O infrator, em razão de um mesmo ato, pode ser responsabilizado nas esferas penal, civil e administrativa, tendo cada uma delas características específicas e sendo independentes entre si. É o que prevê a Constituição de 1988, em seu art. 225, §3º, vejamos:

Art. 225

(...)

§3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.



No âmbito administrativo, conforme estabelece o art. 16-B da Lei nº 7.772/1980, a fiscalização do cumprimento das normas ambientais em vigor será exercida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad, pela Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam, pelo Instituto Estadual de Florestas – a IEF e pelo Instituto Mineiro de Gestão de Águas – Igam, aos quais compete, por intermédio de seus servidores previamente credenciados:

Art. 16-B - (...)

- I - efetuar vistorias e elaborar o respectivo relatório;
- II - verificar a ocorrência de infração à legislação ambiental;
- III - lavrar os autos de fiscalização e de infração, aplicando as penalidades cabíveis;
- IV - determinar, em caso de grave e iminente risco para vidas humanas, para o meio ambiente ou para os recursos econômicos do Estado, medidas emergenciais e a suspensão ou redução de atividades durante o período necessário para a supressão do risco.

Ainda em relação ao art. 16-B da Lei nº 7.772/1980, em seu § 1º é prevista a possibilidade de delegação à Polícia Militar de Minas – PMMG das competências ali previstas.

O credenciamento dos servidores é realizado por ato do representante do respectivo órgão ou entidade, no caso da Semad, o Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Isso é o que estabelecia o §1º do art. 27 do Decreto nº 44.844/2008 (revogado) e o que estabelece o parágrafo único do art. 48 do Decreto nº 47.383/2018.

No que tange à Polícia Militar, a celebração de convênio entre a PMMG, o órgão ambiental e suas entidades vinculadas é suficiente para que todos os militares sejam credenciados para o exercício do poder de polícia na esfera ambiental. Isso é o que estabelecia o §1º do art. 28 do Decreto nº 44.844/2008 (revogado) e o que estabelece o §1º do art. 49 do Decreto nº 47.383/2018.

Verifica-se, portanto, que os servidores da Semad são competentes para a lavratura de autos de infração, desde que estejam previamente designados e credenciados para a atividade de fiscalização, a critério da autoridade competente. Quanto à Polícia Militar, a partir do ato de delegação, realizado por meio de convênio com a Semad e suas entidades vinculadas, tornam-se todos os seus agentes competentes para a realização de autuações ambientais administrativas.

Desse modo, no caso concreto, não há dúvidas acerca da competência do agente autuante para a prática dos atos de fiscalização e consequente adoção das medidas administrativas cabíveis.

4.4 – Da presunção de legalidade e veracidade – Do ônus probatório – Alegação de que os resíduos sempre foram dispostos de maneira adequada – Não comprovação:

As afirmações do agente público fiscalizador possuem presunção *juris tantum* de legitimidade e veracidade, em razão da fé pública que lhe é atribuída pelo



ordenamento jurídico vigente. Isso significa que os atos administrativos são presumidamente legítimos, legais e verdadeiros, admitindo-se, entretanto, prova em sentido contrário, ônus que é, portanto, do autuado e não do órgão ambiental.

A presunção de veracidade é o atributo do ato administrativo que diz respeito aos fatos e, em decorrência desse atributo, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pela Administração Pública.

Segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro, diversos são os fundamentos para justificar esse atributo do ato administrativo, in verbis:

[...] o procedimento e as formalidades que precedem a sua edição, os quais constituem garantia de observância da lei; o fato de ser uma das formas de expressão da soberania do Estado, de modo que a autoridade que pratica o ato o faz com o consentimento de todos; a necessidade de assegurar celeridade no cumprimento dos atos administrativos, já que eles têm por fim atender ao interesse público, sempre predominante sobre o particular; o controle a que se sujeita o ato, quer pela própria Administração, quer pelos demais Poderes do Estado, sempre com a finalidade de garantir a legalidade; a sujeição da Administração ao princípio da legalidade, o que faz presumir que todos os seus atos tenham sido praticados de conformidade com a lei, já que cabe ao poder público a sua tutela. (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2002)

Especificamente no âmbito das autuações administrativas ambientais, previa o parágrafo 2º do art. 34, do Decreto nº 44.844/08 (revogado), que “cabe ao autuado a prova dos fatos que tenha alegado, sem prejuízo do dever atribuído a autoridade julgadora para instrução do processo”. Por sua vez, o art. 61 do Decreto nº 47.383/2018 prevê que “lavratura de auto de infração dispensa a realização de perícia pelo órgão ambiental, cabendo o ônus da prova ao autuado”, podendo, inclusive ser recusada “a prova considerada ilícita, impertinente, desnecessária ou protelatória”, nos termos do art. 62 do mesmo Decreto.

Acerca da presunção de legalidade, vejamos as palavras do ilustre doutrinador José dos Santos Carvalho Filho:

Os atos administrativos, quando editados, trazem em si a presunção de legitimidade, ou seja, a presunção de que nasceram em conformidade com as devidas normas legais, com bem anota DIEZ. Essa característica não depende de lei expressa, mas deflui da própria natureza do ato administrativo, como ato emanado de agente integrante da estrutura do Estado. Vários são os fundamentos dados a essa característica. O fundamento precípuo, no entanto, reside na circunstância de que se cuida de atos emanados de agentes detentores de parcela do Poder Público, imbuídos, como é natural, do objetivo de alcançar o interesse público que lhes compete proteger. Desse modo, inconcebível seria admitir que não



tivessem a aura de legitimidade, permitindo-se que a todo o momento sofressem algum entrave oposto por pessoas de interesses contrários. Por esse motivo é que se há de supor presumivelmente estão em conformidades com a lei. (grifo nosso). (Manual de Direito Administrativo. FILHO, José dos Santos Carvalho, Livraria Editora Lumen Juris Ltda, 17ª ed. 2007, pag. 111). (grifo nosso)

Assim também se posiciona o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, in verbis:

EMENTA: ADMINISTRATIVO E AMBIENTAL. ART. 29, §§ 1º, III, 2º E 4º, I, DA LEI 9.605/1998. AUTO DE INFRAÇÃO. IBAMA. GUARDA DOMÉSTICA. MANTER EM CATIVEIRO ESPÉCIES DA FAUNA SILVESTRE SEM AUTORIZAÇÃO. ACÓRDÃO QUE DECLAROU A INEXIGIBILIDADE DA MULTA. PERDÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE.

(...)

2. Segundo o acórdão recorrido, “No presente caso, a validade da autuação foi reconhecida, posto que a conduta descrita no auto de infração efetivamente se enquadra nos dispositivos legais já citados e as verificações e os atos administrativos praticados pelo IBAMA gozam de presunção de legitimidade e de veracidade, até prova em contrário” [...] (STJ. Recurso Especial nº 2017/0161069-3. Segunda Turma. Julgado em 07/12/2017, Publicado em 19/12/2017)

EMENTA: AGRAVO INTERNO – AGRAVO DE INSTRUMENTO – ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO – AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE/LEGITIMIDADE – ÔNUS DO PARTICULAR – AUSÊNCIA DE ELEMENTOS, NESSE MOMENTO, PARA AFASTAR REFERIDA PRESUNÇÃO – CANCELAMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL – NÃO APLICAÇÃO DE SANÇÃO – AUTOTUTELA ADMINISTRATIVA.

1 – O auto lavrado pela prática de infração administrativa possui presunção relativa de veracidade/legitimidade, cabendo, portanto, ao particular o ônus de afastar os fundamentos presentes no ato impugnado.

2 – Não logrando o particular em afastar referida presunção, permanece hígido o ato administrativo atacado.



(...) (TJMG. Agravo Interno CV nº 1.0556.17.000388-4/002. 3ª Câmara Cível. Julgado em 09/11/2017, Publicado em 05/12/2017)

No mesmo sentido, segundo entendimento pacificado pela Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais, por meio do Parecer nº 15.877, de 23 de maio de 2017, abaixo citado, no âmbito das infrações administrativas ambientais estaduais, a culpa do infrator, sobre o qual recai o ônus probatório, é presumida, sendo aplicada a responsabilidade subjetiva:

DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR. MEIO AMBIENTE. TRÍPLICE RESPONSABILIDADE. ART. 225, §3º DA CR/88. RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA AMBIENTAL. NATUREZA SUBJETIVA. CULPABILIDADE. INTRANSCENDÊNCIA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS. IUS PUNIENDI. DEVIDO PROCESSO SUBSTANCIAL. CULPA PRESUMIDA. PARECERES AGE NS. 15465/2015 E 15.812/2016. PARECER ASJUR/SEMAD 46/2017.

A natureza jurídica da responsabilidade administrativa ambiental é subjetiva, admitindo-se autoria direta e concorrência, na forma da legislação estadual, **sendo a culpa presumida, incumbindo ao acusado o ônus de provar o contrário [...]**

Portanto, no âmbito da autuação administrativa, o poluidor está submetido à responsabilidade subjetiva com a presunção de culpa, ou seja, cabe ao autuado o ônus de provar o contrário do que for verificado pelos agentes fiscalizadores.

Destarte, somente uma matéria probatória consistente é capaz de afastar a validade do ato administrativo, que, repita-se, presume-se emitido com a observância da lei, até prova em contrário.

No caso concreto, a autuada alega que sempre fez a disposição adequada dos resíduos, conforme prescrição da condicionante nº 04, entretanto, não há, nos autos, elementos suficientes de prova aptos a desconstituir a presunção de legalidade e veracidade do ato administrativo, razão pela qual as penalidades aplicadas devem ser mantidas. Ressalta-se, ainda, que a intenção do infrator é fato irrelevante para configuração da responsabilidade, haja vista que as infrações administrativas ambientais são punidas, tanto a título de dolo quanto de culpa, pressupondo, para sua configuração, a prática de uma conduta ilícita, que, de fato ocorreu no presente caso.

4.5 – Da alegação de nulidade do Auto de Infração – Não configuração:

Não há que se falar em nulidade do Auto de Infração por não ter sido aplicada advertência antes da multa. O autuado praticou conduta infracional classificada como grave e, neste sentido, o Decreto 47383/18 é claro ao prescrever, em seu art. 76 que:



Art. 76 – A multa simples será aplicada sempre que o agente:
I – praticar infração grave ou gravíssima;
(...)

Por outro lado, o mesmo diploma legal prevê, no art. 75, quanto à advertência, que:

Art. 75 – A advertência será aplicada quando forem praticadas infrações classificadas como leves.
(...)

Assim, totalmente desarrazoada a alegação de que a autuada deveria ter sido advertida previamente à aplicação da multa, pois não há esta previsão na legislação, que é muito clara ao estabelecer os casos de aplicação de multas e de advertência, ressaltando-se que a legislação federal invocada na defesa, pelo princípio da especialidade das normas, não se aplica no âmbito do Estado de Minas Gerais, que possui legislação própria a ser aplicada às infrações cometidas nos limites da circunscrição de seu território.

4.6 – Da alegação de contratação de consultoria – Inadimplemento das obrigações perante o órgão ambiental – Inafastabilidade da responsabilidade da autuada:

A alegação de omissão, por parte de terceiro contratado para consultoria, em adimplir as obrigações perante o órgão ambiental, não retira o ônus da autuada de responder pela conduta infracional, pois a relação jurídica existente no caso é entre o órgão ambiental e a autuada, sendo certo que a escolha errada de consultores é imbróglio particular do tomador do serviço, não tendo tal fato o condão de descaracterizar o Auto de Infração.

4.7 – Da alegação de desproporcionalidade da multa – Não configuração:

A autuada alega que, por sempre ter cumprido a condicionante nº 4 e devido ao baixo risco ambiental representado pelos resíduos sólidos referentes a esta condicionante, a multa imposta e seu valor seriam desproporcionais. Ocorre que, além de a autuada não comprovar que sua conduta não era irregular, conforme já se pontuou alhures neste parecer, o valor da multa é previsto no Decreto 47383/18, não tendo o agente autuante discricionariedade para aplicar valor diverso. Ademais, quem decide sobre a classificação de risco de resíduos é o órgão ambiental e não o particular.

4.8 – Das atenuantes:

Não é possível o reconhecimento da atenuante do art. 85, I, “a”, uma vez que, claramente, não há qualquer comprovação de efetividade de medidas adotadas pela autuada para a correção dos danos causados ao meio ambiente, muito menos de modo



imediatamente, como determina o Decreto 47383/18, uma vez que a autuada deveria ter apresentado o comprovante de destinação final dos resíduos sólidos domésticos classe II em 10/09/2014, conforme consta no Anexo II, do Processo Administrativo nº 016/2001/006/20103 e, até a data da fiscalização no empreendimento, no dia 16/04/2018, isso não havia ocorrido, o que acabou por gerar o Auto de Infração ora em análise. Também é requisito, para aplicação de tal atenuante, a ocorrência de dano ambiental, o qual não foi mencionado pela Autoridade Autuante. Depreende-se, portanto, inaplicável a referida atenuante.

Igualmente, não há que se falar em aplicabilidade do parágrafo único, do mesmo artigo, do mesmo Decreto, pois, embora não constatado o dano ambiental pela Autoridade Autuante, a autuada não comprova sua adesão, anterior à constatação da infração, a programa de fiscalização preventiva, instituído pelo SISEMA.

5 – CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, opinamos pelo conhecimento da defesa apresentada pelo Autuado, haja vista que tempestiva e uma vez que foram respeitados os requisitos essenciais da peça de defesa.

☒ Manutenção:

Opinamos ainda pelo não acolhimento dos argumentos apresentados na defesa, face à ausência de fundamentos de fato e de direito que justificassem o acolhimento das argumentações apresentadas e tendo em vista estar o Auto de Infração em conformidade com os requisitos formais.

Opinamos, assim, pela manutenção integral das penalidades aplicadas no presente auto de infração, já mencionadas nesse parecer.

Recomendamos a notificação do atuado para, quanto ao indeferimento, apresentar Recurso no prazo de 30 (trinta) dias ou efetuar o pagamento do valor da multa, devidamente atualizada, sob pena de encaminhamento do processo administrativo para fins de inscrição do valor em dívida ativa do Estado.

Montes Claros, 23/05/2019

Responsável –

Carlos Alberto Bastos Queiroz
Gestor Ambiental/Jurídico - SUPRAM NM
Masp 1403685-9 - OAB/MG 95500



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente do Norte de Minas – SUPRAM NM
Diretoria Regional de Controle Processual – DRCP
Núcleo de Autos de Infração - NAI



DECISÃO

Número do Auto de Infração:	95197/2018
Número do Processo:	598559/19
Nome/Razão Social:	POSTO JENIPAPO DE SALINAS LTDA
CPF/CNPJ:	07.876.896/0001-16



O(a) Superintendente Regional de Meio Ambiente, nos termos do art. 54, parágrafo único, inciso II, do Decreto n.º 47.042/2016

☒ Em observância ao disposto nos artigos 58, 59, 60, 62, 63, 70, 71 do Decreto n.º 47.383/2108, e tendo em vista o Parecer acostado aos autos, decide

☒ Pelo conhecimento da defesa apresentada, haja vista que tempestiva e que foram atendidos os requisitos essenciais da peça de defesa.

☒ Manutenção:

Pelo não acolhimento dos argumentos apresentados pelo Autuado em sua defesa, face à ausência de fundamentos de fato e de direito que justificassem o acolhimento das argumentações apresentadas e tendo em vista estar o Auto de Infração em conformidade com os requisitos formais.

Pela manutenção integral da penalidade aplicada no Auto de Infração, qual seja:

- Multa simples, no valor de 6.750 (seis mil, setecentos e cinquenta) UFEMG, a ser devidamente atualizado.

Notifique-se o atuado para, querendo, apresentar Recurso no prazo de 30 (trinta) dias ou efetuar o pagamento do valor da multa, devidamente atualizada, sob pena de encaminhamento do processo administrativo para fins de inscrição do valor em dívida ativa do Estado.

Montes Claros, 23/05/2019

Cleto Cindido Amaral
Superintendente Regional
Norte de Minas/Semad
Ass: 1430406-7

Responsável -/MASP